



## **PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS-FEDERAL Nº 1883/2024**

**Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2024.**

Processo nº 5085611-21.2024.4.02.5101, ajuizado por  
[NOME].

Trata-se de Autora, de 65 anos de idade, com nódulo em mama esquerda, sendo encaminhada ao mastologista em 11/07/2024, pois ao exame de mamografia foi evidenciado achado suspeito em mama esquerda, categoria 4, recomendado cito/histopatológico. Solicitada avaliação e conduta. E ao exame anatomopatológico da mama esquerda datado em 16/08/2024 foi constatado carcinoma invasivo do tipo não especial (carcinoma ductal invasivo) da mama esquerda (Evento 1, ANEXO2, Páginas 12 a 14). Sendo pleiteado consulta ambulatório 1ª vez - mastologia (oncologia) (Evento 6, PET1, Página 1).

Diante o exposto, informa-se que a consulta em ambulatório 1ª vez – mastologia (oncologia) está indicada ao manejo terapêutico do quadro clínico apresentado pela Autora (Evento 1, ANEXO2, Páginas 12 a 14).

É interessante registrar que o posterior tratamento oncológico será determinado pelo médico especialista na consulta em mastologia (oncologia), conforme a necessidade da Requerente.

Quanto à disponibilidade, informa-se que a consulta pleiteada está coberta pelo SUS, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS (SIGTAP), na qual consta: consulta médica em atenção especializada, sob o código de procedimento: 03.01.01.007-2, considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).

No que tange ao acesso no SUS, a Atenção Oncológica foi reestruturada em consonância com a Rede de Atenção à Saúde e de forma articulada entre os três níveis de gestão.

O Componente de Atenção Especializada é composto por ambulatórios de especialidades, hospitais gerais e hospitais especializados habilitados para a assistência oncológica. Esses devem apoiar e complementar os serviços da atenção básica na investigação diagnóstica, no tratamento do câncer (...), garantindo-se, dessa forma, a integralidade do cuidado no âmbito da rede de atenção à saúde. O componente da Atenção Especializada é constituído pela Atenção Ambulatorial e Hospitalar.

A Atenção Hospitalar é composta por hospitais habilitados como UNACON (Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia) e CACON (Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia) e por Hospitais Gerais com Cirurgia Oncológica, nos quais são oferecidos os tratamentos especializados de alta complexidade, incluindo serviços de cirurgia, radioterapia, quimioterapia, e cuidados paliativos, em nível ambulatorial e de internação, a depender do serviço e da necessidade identificada em cada caso. Sempre com base nos protocolos clínicos e nas diretrizes terapêuticas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, quando publicados.

Em consonância com o regulamento do SUS, conforme pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (Deliberação CIB-RJ nº 4.004 de 30 de março de 2017), o Estado do Rio de Janeiro conta com uma Rede de Alta Complexidade Oncológica (ANEXO I).

O ingresso dos usuários nas unidades que ofertam os serviços do SUS, ocorre por meio do sistema de regulação, conforme previsto na Política Nacional de Regulação que organiza o serviço em três dimensões (Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência) para qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde.

No intuito de identificar o correto encaminhamento da Suplicante aos sistemas de regulação, este Núcleo consultou a plataforma do Sistema Estadual de Regulação – SER (ANEXO II) e verificou que ela foi inserida em 30 de outubro de 2024 para consulta ambulatório 1ª vez – mastologia (oncologia), ID 5856928 e situação Agendada para a unidade INCA Hospital do Câncer III – INCA III (Rio de Janeiro) no dia 04 de novembro de 2024 às 07:00, sob a responsabilidade da central REUNI-RJ.

Desta forma, entende-se que a via administrativa está sendo utilizada no caso em tela.

Cabe salientar que, por se tratar de quadro oncológico, entende-se que a demora exacerbada para a realização da consulta especializada e início do tratamento, pode influenciar negativamente no prognóstico em questão.

Em consulta ao banco de dados do Ministério da Saúde foi encontrado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Carcinoma de Mama, o qual preconiza que “... doentes com diagnóstico de câncer mamário devem ser



**GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

atendidos em hospitais habilitados em oncologia com porte tecnológico suficiente para diagnosticar, tratar e realizar o seu acompanhamento ...”.

É o parecer.

À 33ª Vara Federal do Rio de Janeiro, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

ANEXO I – Estabelecimentos de Saúde Habilitados em Oncologia no Estado do Rio de Janeiro  
Portaria SAS/MS nº 458, de 24 de fevereiro de 2017.

## **ANEXO II**